

FONTE : Correio Braziliense

CLASS. : 133

DATA : 13.09.85

PG. : _____

Couto acusa DNPM de agir contra índio

O Ministério do Interior e a Fundação Nacional do Índio (Funai) estão "apreensivos" com as autorizações do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), do Ministério das Minas e Energia, para pesquisa e mineração em áreas indígenas. Foi o que declarou ontem o ministro Ronaldo Costa Couto, afirmando que as decisões do DNPM, "a se confirmarem, colidem com a definição do Governo de não admitir novas liberações para pesquisa ou mineração nas terras ocupadas pelos índios".

São 127 projetos para pesquisa e mineração, que o ex-diretor do Departamento do Patrimônio Indígena da Funai, Aureo Faleiros, demitido sexta-feira passada pelo novo presidente do órgão, Alvaro Villas-Boas, havia indeferido. Segundo Faleiros, 426 pedidos para pesquisa em terras indígenas foram recusados pela Funai nos seis primeiros meses deste ano, sendo 159 para o Amazonas, 102 para o Pará e 78 para Roraima.

Costa Couto disse que o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, participou dos entendimentos, no início do atual Governo, que concluíram com uma decisão contrária à abertura das terras indígenas para pesquisa ou mineração. Informou, ainda, que "a Funai, consoante essas diretrizes, é contrária a quaisquer novas atividades de mineração em terras indígenas".

Os projetos aprovados pelo DNPM e publicados no **Diário Oficial**, que circula quarta-feira abrangem nove Estados e territórios, sendo 64 no Amazonas, 18 no Pará, 22 em Roraima, nove no Amapá, seis em Rondônia, cinco no Maranhão e em Goiás, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Alguns projetos, em áreas de fronteira, cobrem mais de um Estado.

Do aeroporto, instantes antes de embarcar para o Rio de Janeiro, Costa Couto comunicou ontem à noite à sua assessoria de imprensa que o ministro das Minas e Energia ratificou sua posição de não permitir pesquisa em áreas indígenas. Segundo o ministro do Interior, ele e Aureliano Chaves consideram "irreversível" essa posição. Os dois falaram por telefone logo após a entrevista coletiva concedida por Costa Couto.

Interpelação a Sarney no STF

Porto Alegre — Inconformado com o não cumprimento pelo Governo Federal, do acordo firmado a 30 de maio, garantindo aos índios Kaingang do Toldo Chimbanguê (em Chapecó, Santa Catarina) a posse exclusiva de uma área de 1.885 hectares, o presidente da Associação Nacional de Apolo ao Índio (Anai), Jullio Gaiger, ingressou ontem no Supremo Tribunal Federal com uma interpelação judicial ao presidente José Sarney. Agora, Sarney terá 10 dias para responder por que o procedimento para demarcação de terras indígenas do Toldo Chimbanguê não começou até agora, quase quatro meses após a elaboração do acordo firmado pela Funai e ministérios do Interior e da Reforma e Desenvolvimento Agrário.